

A elaboração de um trabalho científico: as bases do diálogo entre orientador e orientando

Anderson Orestes Cavalcante Lobato*

Abstract

Legal Methodological research subject has been inserted in law graduation and postgraduation courses in a way to offer basic elements that students can do their academic assignments (papers, seminars, final papers, specialization final papers, master dissertations, doctorate thesis). When a student start to elaborate an individual assignment he has already acquired his own way to study, however students realize many difficulties beginning such kind of work, under the orientation of a lecturer, who checks, systematically and methodically, his development. This dialogue can be easier if the advisor and student were sure about the objects to be reached, and the stage to be covered.

* Doutor em Direito Público pela Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, França, e professor nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato e stricto sensu da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

© Anderson Orestes Cavalcante Lobato, 2000.

Resumo

A disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica vem sendo inserida nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito de forma a oferecer os elementos básicos para que os alunos possam elaborar seus trabalhos acadêmicos (*papers*, seminários, Trabalho de Conclusão da Graduação, Monografia de Especialização e Dissertação de Mestrado ou ainda Tese de Doutorado). Ao chegar na fase de elaboração de um trabalho individual, o aluno já adquiriu sua própria maneira de estudar, entretanto percebe-se a dificuldade em elaborar-se um trabalho científico sob a orientação de um professor, que verificará, sistemática e metodicamente, o seu desenvolvimento. Este diálogo pode ser facilitado se orientador e orientando estiverem certos do objetivo a ser alcançado e das grandes etapas a percorrer.

Sumário

Introdução. 1 -- Os trabalhos científicos nos cursos de Direito: a) as monografias da Graduação e da Especialização; b) a dissertação de Mestrado; c) a tese de Doutorado. 2. As grandes etapas do trabalho científico: a) a escolha do tema e de sua problemática; b) a pesquisa jurídica; c) o plano da obra. Conclusão. Referências bibliográficas.

Introdução

A conclusão de um curso universitário é um momento de grande expectativa para o estudante. Até bem pouco tempo, somente nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* exigia-se a elaboração de um trabalho científico, denominado dissertação para o curso de Mestrado e de tese para o doutorado. A Portaria n.º 1.886, de 30-12-1994 do MEC passou a exigir a elaboração de uma monografia final para a conclusão do curso jurídico, a ser defendida perante banca examinadora. Quase que naturalmente, adotou-se a mesma exigência para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, especialização. Ao menos, esta tem sido a prática dos cursos jurídicos de especialização realizados pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A elaboração deste trabalho científico representa um grande desafio para o estudante, adotando um processo de ensino-aprendizado fundado na relação orientador/orientando, até então

exclusiva dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito. Trata-se de uma metodologia do trabalho científico que permite um aprofundamento individual de temas importantes e atuais, oferecendo ao aluno a oportunidade de perceber que adquiriu efetivamente novos conhecimentos, despertando-lhe a vontade de fazer ciência a partir de uma metodologia científica rigorosa e orientada.

O estudante, ao chegar nesta fase do seu curso, já adquiriu uma bagagem suficiente para o desenvolvimento de um trabalho científico individual. Ele já terá participado das aulas, elaborando seminários e pequenos trabalhos temáticos pontuais, que permitirão uma iniciação à pesquisa científica. É o momento, então, de o aluno assumir a responsabilidade pela elaboração de um trabalho que, ao final, não será tão-somente corrigido, mas sim, defendido perante uma banca examinadora. Espera-se que o estudante assumirá uma postura crítica, não somente diante do tema estudado, mas, igualmente, diante do resultado final de seu próprio trabalho. Será o momento de verificação do conhecimento acumulado; do estabelecimento do debate acadêmico, crítico e construtivo; do confronto de idéias, que exigem do aluno e do professor a definição de posições em face de questões atuais, polêmicas e desafiadoras.

A monografia de graduação e de especialização, a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, guardam de comum a particularidade de exigir uma contribuição pessoal do aluno. Porém as diferenças quanto ao resultado final e seus objetivos devem ser claramente explicitadas, (I.) para que a relação orientador/orientando possa ser produtiva e bem direcionada. O processo de elaboração do trabalho científico pressupõe uma dedicação individual constante, disciplinada e orientada. A fixação das grandes etapas desse processo particular de ensino-aprendizado (II.) representa uma garantia de que o trabalho estará concluído, no prazo estipulado pelo Curso.

1 – Os trabalhos científicos nos cursos de Direito

39

Os estudantes do curso de Direito, desde a Graduação até o Doutorado, são convidados a apresentar um conjunto de trabalhos acadêmicos – resumos, resenhas, fichas de leitura, seminários, ensaios, *papers* – que o preparam para a elaboração de um trabalho científico de conclusão de curso denominado monografia, disser-

tação ou tese. A rigor, não há diferença entre os vários trabalhos científicos, trata-se, pois, de um trabalho intelectual, elaborado a partir de uma metodologia científica, despertando nos estudantes dos cursos superiores o gosto pelo estudo disciplinado, reflexivo, rigoroso e crítico. Contudo, os cursos universitários estão divididos em etapas, cada qual concedendo ao acadêmico um Certificado ou Diploma, demarcando o estágio atual de seus estudos. Nessa perspectiva, deve-se pensar primeiro na monografia de conclusão do curso de Graduação e Especialização, para em seguida, verificar as diferentes modalidades dos trabalhos de Mestrado e Doutorado.

a) As monografias da Graduação e da Especialização

A obrigatoriedade de elaboração de uma monografia para a conclusão do curso de Direito é relativamente recente, tendo origem, como vimos, com a Portaria nº 1.886/94 do MEC. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, contudo, independentemente da exigência legal, desde o início do curso de Direito, em 1969, oferece ao aluno a oportunidade de elaborar um trabalho científico individual, e que será, ao final, submetido a uma banca examinadora. É, sem dúvida, uma experiência rica e desafiadora, sobretudo tendo-se em mente que, durante muitos anos, esse foi o único curso jurídico a propor esta dinâmica de conclusão do Curso.

A monografia, conhecida como Trabalho de Conclusão (TC), seria um estudo científico, tratando de um tema específico, previamente delimitado, obedecendo a uma metodologia rigorosa. Tratando-se da conclusão do curso de Graduação, espera-se, no mais das vezes, um bom trabalho de compilação, fundamentado numa pesquisa bibliográfica apurada, séria e completa. Espera-se que o estudante possa demonstrar que trabalhou, pelo menos, a maior parte da bibliografia existente sobre o tema em estudo, tendo sido capaz de expor, de modo claro e objetivo, as várias posições, oferecendo uma visão panorâmica, informada e atual, podendo, inclusive, interessar os especialistas que, em se tratando do problema específico da monografia, não efetuaram um estudo aprofundado.¹

¹ Umberto Eco, *Como se faz uma tese*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1985, p. 3.

Este trabalho de pesquisa implica a reunião dos textos escritos sobre o tema em estudo e, após atenta leitura, a sua organização, seleção e apresentação na forma de uma monografia que deverá ser pessoal, clara e objetiva. O caráter pessoal da monografia deve estar presente em todo o processo de ensino-aprendizagem do trabalho monográfico. Desde o momento da escolha do tema, passando pela delimitação do problema, a seleção dos textos a serem utilizados, a organização do plano da exposição, até a conclusão. Porém é na delimitação do problema de estudo e pesquisa, que se encontra o momento privilegiado de manifestação do caráter pessoal da monografia. A maturidade do pesquisador é, aqui, decisiva. Tratando-se de um estudante graduando, observa-se a tendência para a elaboração de um trabalho mais amplo, panorâmico, cuja temática encontra-se pouco especificada ou problematizada. No entanto, deve-se insistir na exigência de especificação do tema, com o intuito de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem proposto, orientando-se o estudante para uma, por assim dizer, especialização profissional e acadêmica.

Na mesma perspectiva, encontramos nos alunos de Pós-Graduação *lato sensu*, nos cursos de especialização, a tendência a propor uma delimitação temática vinculada à sua vida profissional. Essa experiência tem oferecido a oportunidade de se conciliar a prática forense e a pesquisa acadêmica. O aperfeiçoamento do trabalho monográfico poderá, assim, modificar a postura do operador do direito diante de questões jurídicas que, seguidamente, necessitam um aprofundamento teórico confrontado ao conhecimento prático.

O caráter pessoal manifesta-se, ainda, no forte envolvimento do autor com o objeto da investigação, ao ponto de influenciar o seu modo de vida. A elaboração da monografia ocupará um espaço importante do seu tempo disponível, ditando regras e disciplinando o seu cotidiano.

A exigência de clareza do texto monográfico decorre do fato de o pesquisador escrever para um outro: o leitor. O objetivo do trabalho é o de oferecer ao leitor um conjunto de informações de forma clara e simples. Nesse sentido, a clareza decorrerá, de um lado, do método de trabalho e, de outro, do estilo do autor. Trabalhando disciplinada e metodicamente, o pesquisador poderá assimilar o tema de estudo a partir de um esforço de análise e síntese,

para em seguida organizar as suas idéias através do plano da exposição, sumariando os pontos mais relevantes. Esse trabalho deverá ser acompanhado de um cuidado com o estilo do texto. É certo que o estilo é a expressão da individualidade de cada autor. Pode-se, contudo, recomendar uma atenção para com as frases longas e rebuscadas, próprias à retórica do orador, porém inadequadas às exigências de clareza e segurança do trabalho científico. A simplicidade do estilo conduz, naturalmente, ao texto claro e apropriado à monografia jurídica².

A objetividade na elaboração de uma monografia é quase que uma decorrência da exigência de clareza. De fato, quanto mais objetivo for o pesquisador na sua exposição, maior será o seu grau de clareza. Mas a objetividade é igualmente importante para se preservar a centralidade do tema no estudo monográfico. À medida que o pesquisador avança na coleta de informações sobre o tema, mais difícil se torna a opção por uma determinada perspectiva na abordagem do assunto. A primeira reação do estudante será a de incluir no seu plano provisório todos os dados obtidos. Nessa lógica, todas as conexões possíveis deveriam ser consideradas. Ora, no trabalho monográfico espera-se justamente o contrário. Espera-se que o estudante possa ser capaz de determinar um único problema a ser pesquisado; selecionar e organizar os pontos mais relevantes para sua abordagem pessoal; esta é uma tarefa indispensável para se alcançar um grau mínimo de objetividade. A preocupação com a objetividade contribui assim para centralidade do tema, a sua problematização, evitando-se a superficialidade na abordagem do assunto.

O trabalho científico de tipo monográfico deve ser, portanto, pessoal, claro e objetivo. Preocupando-se com essas três características, os estudantes, seja de Graduação ou de Pós-Graduação *lato sensu*, poderão concluir satisfatoriamente o seu curso, tendo em mente que, em se tratando do tema que estudaram para a elaboração da monografia de conclusão de curso, são, de fato, especialistas.

² Simone Dreyfus, *La thèse et le mémoire de doctorat*, Paris, Cujas, 1983, p. 75.

b) A dissertação de Mestrado

No caso da dissertação de Mestrado, espera-se que o estudante possa oferecer algo mais do que apresentou na monografia de Graduação ou de Especialização. De fato, além de ser pessoal, clara e objetiva, a dissertação de Mestrado deve ser criativa e rigorosa. A criatividade se expressa na busca em colaborar no desenvolvimento do conhecimento científico, a partir da problematização do tema em estudo. Assim, o avanço científico aconteceria na medida em que o estudante procura explicar e demonstrar a sua perspectiva na análise do problema proposto. O caminho percorrido pelo mestrando, para a exposição da idéia central do trabalho, deve ser criativo e rigoroso.

O rigor científico exigido para a elaboração de uma dissertação de Mestrado apresenta uma dupla face: primeiramente, a aplicação de uma metodologia adequada ao objeto de estudo; quer dizer que a pesquisa deve respeitar as exigências metodológicas para a construção válida do conhecimento, por exemplo, deve-se atentar para as principais obras sobre o tema; conhecer os autores e suas idéias; dependendo do problema, deve-se ainda atentar para as soluções encontradas nos tribunais, as correntes decisórias; tratando-se de um estudo comparativo, deve-se buscar uma compreensão clara da ordem jurídica, objeto da comparação, conhecendo as linhas doutrinárias existentes. A segunda face, decorrente da primeira, exige do mestrando um compromisso na realização do trabalho: uma dedicação ao estudo, à pesquisa, à reflexão pessoal. A leitura e participação em seminários e eventos científicos será imprescindível para o seu amadurecimento teórico e filosófico.

Nesse sentido, a dissertação de Mestrado não se diferencia da monografia de conclusão de curso. São trabalhos monográficos, no sentido de que procuraram estudar um único tema, a partir de sua problematização. Exigem uma contribuição pessoal, que será apresentada de forma clara e objetiva. Uma abordagem criativa e rigorosa, que se espera de uma dissertação de Mestrado, muitas vezes, poderá ser encontrada nas monografias de conclusão de curso, o que denotaria uma dedicação e maturidade excepcionais dos alunos de Graduação e de Especialização dos cursos jurídicos.

c) *A tese de Doutorado*

Para a tese de Doutorado, as exigências seriam ainda maiores. Além do caráter pessoal, de uma exposição clara e objetiva, de uma abordagem criativa e rigorosa, espera-se do candidato ao título de doutor, um estudo exaustivo e original. O trabalho do Doutorando deve ser exaustivo no sentido de que deve aprofundar ao máximo o estudo do seu tema. Ele deverá conhecer a fundo o seu objeto de estudo, ultrapassando a visão panorâmica, procurando entender os detalhes da sua problemática, identificando todos os textos e autores que trataram do tema, encontrando obras raras, textos esquecidos, que podem, na sua abordagem do problema, oferecer a originalidade tanto esperada. Ser original, sobretudo, na área das ciências jurídicas, não significa encontrar um tema inédito ou "navegar por mares nunca dantes navegados". A originalidade estaria, pois, numa nova abordagem do tema, esclarecendo-se questões que não teriam sido percebidas anteriormente. A originalidade envolveria, assim, a contribuição pessoal do pesquisador, a forma particular de construir o seu objeto de estudo, ou seja, problematizar.

Essas seriam as qualidades do trabalho científico. O ideal seria que todo trabalho pudesse ser pessoal, contar com uma exposição clara e objetiva, uma abordagem criativa e rigorosa, a partir de uma problematização exaustiva e original. No entanto, é preciso ter em mente que este trabalho faz parte de um processo de ensino-aprendizagem, quando o estudante é convidado a assumir cada vez mais responsabilidade pelo bom andamento do seu curso universitário. Assim, podemos dizer que o que diferencia a monografia de conclusão de curso da Dissertação de mestrado e da tese de Doutorado, seria tão-somente o grau de exigência no processo de avaliação. Desse modo, na avaliação de uma monografia, espera-se que o estudante seja capaz de desenvolver um trabalho pessoal, que será apresentado – defendido – de forma clara e objetiva. Para o mestrando, espera-se ainda que sua dissertação conte com uma abordagem criativa e rigorosa. Sendo que, para a tese de Doutorado, exige-se uma problematização do tema que expresse um estudo exaustivo e original. Desse modo, obteríamos o quadro abaixo, elaborado para facilitar a sua visualização.

O que se espera da

Monografia	Dissertação	Tese
pessoal clara objetiva	pessoal clara objetiva criativa rigorosa	pessoal clara objetiva criativa rigorosa exhaustiva original

Os estudantes guardam sempre uma preocupação com o tempo e a extensão do trabalho científico. Necessário esclarecer, portanto, que a profundidade no tratamento do tema é, sem dúvida, mais importante que a sua extensão. A qualidade do trabalho científico estaria, pois, diretamente vinculada à capacidade do pesquisador em especificar o seu tema a partir do processo que denominamos de problematização, ou seja, a determinação de um problema que será, ao final, solucionado. No entanto, a título de orientação geral e para facilitar a organização acadêmica na apreciação e avaliação dos diversos níveis de qualificação, podemos oferecer um quadro da relação tempo/extensão no processo de elaboração do trabalho científico.

A relação tempo/extensão desejável da

	Monografia	Dissertação	Tese
Tempo:	de 6 a 12 meses	12 a 24 meses	24 a 48 meses
Extensão:	100p. mínimo de 50p. máximo de 150p.	150p. mínimo de 100p. máximo de 200p.	350p. mínimo de 200p. máximo de 500p.

Voltamos a insistir que trata-se, apenas, de um quadro geral. A aceitação ou rejeição de um trabalho que esteja fora desses parâmetros será apreciada, primeiramente, pelo professor orientador, que deverá recomendar o trabalho para defesa, e, num segundo momento, pela banca examinadora, que terá a última palavra a respeito do trabalho em questão. O parecer dos professores deverá sempre prevalecer, pois trata-se de um trabalho científico, cuja avaliação dependerá, sobretudo, da capacidade de problematização demonstrada no seu desenvolvimento.

2 – *As grandes etapas do trabalho científico*

O início do trabalho científico é sempre angustiante. Na verdade, trata-se de um projeto ambicioso, onde o autor expõe suas idéias, expondo-se, em conseqüência, às críticas dos professores e colegas. O maior desafio será o de começar, dar os primeiros passos antes de empreender o trabalho de redação. Seria importante fixarmos três grandes etapas deste trabalho inicial. Indicados os primeiros passos, a relação orientador e orientando pode ser facilitada, pois cada qual saberá o que esperar do outro. O que percebemos na prática de orientação de trabalhos científicos é uma grande expectativa de ambos os atores no processo de ensino-aprendizagem: o professor espera que o estudante apresente uma idéia (tema/problema) para iniciar assim o diálogo na construção do objeto de estudo; de outro lado, o estudante espera do professor, quando não uma delimitação final do tema/problema de pesquisa, uma pista do caminho a seguir. Estamos diante de um impasse, a quem caberá dar os primeiros passos? Caso o diálogo não se estabeleça desde o início, o que pode acontecer em razão do pouco conhecimento pessoal entre ambos, é que este impasse poderá perdurar por semanas, paralisando o desenvolvimento da pesquisa inicial.

Desde logo é preciso ter claro que a monografia, dissertação ou tese são trabalhos científicos individuais. Eles devem expressar a capacidade, individual do autor em pesquisar e expor uma idéia central, que será ao final, demonstrada e defendida perante uma banca examinadora. O autor do trabalho é, portanto, a peça mais importante nesse jogo. Os primeiros passos a serem trilhados pelo estudante/autor podem ser assim sintetizados: primeiro, a escolha do tema e de sua problemática, é ponto de partida: a análise do tema; segundo, a pesquisa jurídica, será necessário obter-se uma visão panorâmica do tema em vista de sua problemática: a busca de idéias e de documentos; terceiro, a elaboração do plano da obra, o esqueleto, enfim, o sumário do trabalho, apresentando o raciocínio do autor na construção de seu objeto de estudo.

a) A escolha do tema e de sua problemática

A decisão sobre a escolha do tema é muito delicada. Sobre- tudo, quando pensamos que o tema eleito nos acompanhará não somente durante todo o processo de elaboração do trabalho científico, mas igualmente durante a nossa carreira profissional ou acadêmica. A escolha do tema para o aluno, em fase de conclusão do curso de Graduação, deve estar diretamente vinculada às suas inquietações pessoais, à sua curiosidade e vontade de desvendar os pontos obscuros de um assunto que foi capaz de despertar o seu interesse durante o Curso. Além do interesse pessoal no assunto, o aluno deverá ainda considerar o caminho a ser trilhado na carreira profissional que se inicia. Ele deverá escolher um tema que possa suscitar o interesse dos operadores do direito, que reconhecerão, na escolha do tema, uma maturidade para a vida profissional. Enfim, o aluno deve ter uma afinidade com o seu tema de trabalho, ele não deve aceitar um tema que não o envolva pessoal e profissionalmente. É certo que a conciliação entre realização pessoal na elaboração do trabalho e as exigências da carreira profissional que se anuncia nem sempre é fácil. Porém este é um desafio que deve ser resolvido pelo autor do trabalho científico e que deverá determinar, inclusive, a escolha do professor orientador.

Para o aluno da Pós-Graduação *lato sensu*, especialização, a escolha do tema estará direcionada pela formação específica do Curso: Especialização em Direito Civil, Direito Econômico, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, etc. O tema, portanto, deverá surgir dos questionamentos suscitados durante o Curso. Deve-se considerar, ainda, a atuação profissional do estudante/autor, sobretudo no curso de Especialização, para o qual ressalta-se a importância de que o trabalho científico monográfico possa aportar uma contribuição direta para a vida do profissional do aluno. Nesse sentido, os cursos de Especialização devem estar o mais próximo possível da experiência dos profissionais da área jurídica e oferecer a conciliação entre o necessário embasamento teórico que permitirá o salto qualitativo no modo de pensar do profissional, e a busca de soluções práticas para os desafios do cotidiano. A escolha do tema da monografia desempenha um papel decisivo para a satisfação pessoal e profissional do aluno dos cursos de Especialização.

A escolha do tema nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado e Doutorado é fortemente direcionada. De fato, os cursos de Mestrado e de Doutorado procuram uma dupla formação: a de professor e a de pesquisador. Nesse sentido, o tema objeto da dissertação ou tese deve estar relacionado com as pesquisas realizadas pelos professores pesquisadores do Curso. Esse direcionamento ocorre na perspectiva de se criarem áreas de excelência para os diversos cursos em andamento. No passado, não muito distante, os estudantes de Mestrado e Doutorado deveriam proceder à escolha do tema de trabalho e do professor orientador no decorrer do Curso, a partir da participação nas aulas e seminários. Esse processo de escolha do tema vem causando uma série de dificuldades, advindas, sobretudo, da exigência relativamente recente de direcionamento para o tema de pesquisa dos professores pesquisadores do Curso. Tem-se notícia de mestrandos cujo tema de escolha dificultou o vínculo com o professor orientador e o bom desenvolvimento do trabalho. Essas dificuldades estão sendo superadas através de duas estratégias que procuram explicitar a verdadeira vocação para a pesquisa dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*: uma maior visibilidade das linhas de pesquisa dos programas e a apresentação de um plano de estudos no processo de seleção. A definição das linhas de pesquisa dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* servem, justamente, para dar uma visibilidade do direcionamento das pesquisas realizadas. Quanto mais clara for a definição das linhas de pesquisa, mais facilmente poderá o mestrando ou doutorando direcionar a sua pesquisa para a elaboração da dissertação ou tese. Do mesmo modo, a exigência de apresentação de um plano de estudos para candidatar-se a uma vaga nos cursos de Mestrado e Doutorado visa, desde logo, estabelecer afinidades do candidato às linhas de pesquisa do programa. Quando não vinculam diretamente o aluno ao professor orientador, diminuem, sensivelmente, os riscos de uma má escolha do tema.

A escolha do tema é, de fato, um momento importante para o direcionamento a ser dado ao trabalho científico. Porém, um tema oferece uma gama inúmera de possibilidades. Um mesmo tema pode ser tratado de várias maneiras diferentes, a partir da perspectiva dada pelo autor do trabalho. Assim, "mais do que o objeto em si do trabalho, é importante a perspectiva sob a qual é

tratado”³. O tema será o mesmo, mas a reflexão pessoal de cada estudante conduzirá a um resultado diferente. Para melhor explicitar esta relação é que a metodologia científica utiliza a expressão *problema* ou *problemática* para designar a idéia central do trabalho científico. Portanto, para além do tema, o autor deverá identificar uma problemática. De fato, todo trabalho científico visa à solução de um problema. A partir de um problema, o autor do trabalho procurará formular uma hipótese que será comprovada no decorrer dos argumentos, do raciocínio que conduzirá ao resultado final, a conclusão. “Portanto, antes da elaboração do trabalho, é preciso ter a idéia clara do problema a ser resolvido, da dúvida a ser superada. Exige-se consciência da problemática específica relacionada com o tema abordado de determinada perspectiva, cuja natureza especificará o tipo e o método de pesquisa e de reflexão a serem utilizados no decorrer do trabalho”⁴.

Justamente é na definição da problemática que poderíamos encontrar os graus de exigência dos diversos níveis do trabalho científico. Assim, para a monografia de conclusão de curso de Graduação ou de Especialização, espera-se uma definição *clara* do problema; ao passo que para a dissertação de Mestrado, espera-se uma contribuição criativa do mestrando na delimitação de seu tema de trabalho; sendo que para a tese de Doutorado, espera-se do doutorando *originalidade* na fixação da idéia central de sua tese.

A definição do tema-problema é decisiva inclusive para o estabelecimento do diálogo entre orientador e o orientando. Para cada nível do trabalho científico, devemos estabelecer as bases do processo de orientação. A dosagem no grau de exigência é deveras delicada. Sabe-se que quanto mais exigente for o orientador, maiores as chances de um excelente resultado. No entanto, se o grau de exigência for demasiado, poderá paralisar o desenvolvimento natural do trabalho. Portanto, caberia ao orientando, desde logo, estabelecer as bases desse diálogo. Ele deve, antes do primeiro contato com o orientador, procurar definir o mais claramente possível o tema de sua escolha e a sua linha de abordagem, o problema. Nas palavras do professor Severino: “Não se procura um orientador enquanto se estiver de posse apenas de idéias vagas e pro-

³ Antonio Joaquim Severino, *Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo, Cortez, 1996, p. 74.

⁴ Idem, p. 75.

postas genéricas [sobre o tema-problema], na esperança de que ele defina as coisas e imponha os caminhos"⁵.

É a partir da reflexão pessoal do estudante que se estabelece o processo de orientação. A interação poderá então produzir os seus resultados. São os questionamentos do aluno/autor que devem provocar, no orientador, um interesse particular para o trabalho de modo a suscitar um diálogo enriquecedor para ambos. A apresentação do tema-problema ao professor orientador é um momento decisivo para a relação orientador/orientando. Esse contato pessoal pode ser precedido do encaminhamento prévio, pelo orientando, da delimitação do seu trabalho que pode se expressar na forma de um título e de um resumo (de 10 e 20 linhas).

b) A pesquisa jurídica

Desde o início da elaboração do trabalho científico, nada poderá ser feito sem pesquisa. A pesquisa, no entanto, deve ser adaptada a cada momento do processo de construção do trabalho. Assim, o primeiro momento, a escolha do tema, deve ser precedida de uma *pesquisa prospectiva*, ou seja, o aluno deverá percorrer as diversas fontes de forma panorâmica. Para o trabalho jurídico, na área das Ciências Sociais Aplicadas, a fonte é basicamente bibliográfica. Nesse momento de escolha do tema, as informações devem ser colhidas, igualmente, nos debates de sala de aula e nos seminários. Será interessante acompanhar uma aula de Graduação ou de Pós-Graduação, com a preocupação de identificar novos temas e perspectivas de estudo. Porém, o contato com a bibliografia será imprescindível, e deve-se atentar para a composição de uma visão panorâmica, através dos manuais de Direito, os livros didáticos das diversas disciplinas jurídicas e dos dicionários e enciclopédias especializadas. A Internet vem demonstrando ser um excelente espaço de pesquisa prospectiva sobre os mais variados temas e não pode, de forma alguma, ser negligenciada.

A segunda fase de pesquisa, já no momento da delimitação do tema através da definição de uma problemática, denominamos *pesquisa de aprofundamento*, é quando o estudante estará preocupado em conhecer os questionamentos mais pontuais e desafiado-

⁵ Antonio Joaquim Severino, *op. cit.*, p. 122.

res do seu tema. Será o momento de consultar as monografias especializadas para cada nível de formação: monografia de Graduação ou de Especialização, dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado. Não será ainda o momento de uma leitura mais pormenorizada, o objetivo agora será o de confirmar algumas idéias que surgiram em vista da delimitação da temática. Nesse sentido, os artigos de revistas especializadas podem fornecer um excelente material de pesquisa, seja por sua atualidade, seja por sua objetividade e clareza no tratamento de problemas específicos.

A partir desse momento, o contato com o orientador será imprescindível. O estudante deverá submeter a sua proposta de trabalho ao professor orientador para aprovação e início da pesquisa. Para a elaboração de uma monografia, o estudante pode submeter ao seu orientador os seguintes pontos: título do trabalho, resumo (de 10 a 20 linhas), o plano da obra e uma seleção bibliográfica. Com este material em mãos, o professor poderá avaliar, mais corretamente, a idéia central do trabalho. Para os programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, exige-se a apresentação de um projeto de dissertação ou tese.

Seguidamente, o projeto será submetido a uma banca de qualificação composta pelos professores do Curso. Esta banca teria uma dupla finalidade: primeiramente, verificar a validade das hipóteses avançadas no trabalho e a sua viabilidade; segundo, verificar a coerência com as linhas de pesquisa do programa. Trata-se de um momento decisivo e importante para o mestrando ou doutorando e que deveria ser mais valorizado na estrutura curricular.

A terceira fase da pesquisa, quando já há a preocupação com a elaboração do trabalho, denominamos *pesquisa de desenvolvimento*, pois tem por objetivo preparar a redação do trabalho científico. Trata-se, pois, de uma leitura detalhada dos trabalhos previamente selecionados. Será o momento da elaboração das fichas de leitura e da organização dos argumentos que conduzirão à solução do problema.

Necessário observar aqui que o estudante/autor não deve aguardar que o orientador indique a bibliografia, ou as bibliotecas que devam ser freqüentadas. As fontes de pesquisa fazem parte da contribuição pessoal do autor. A seleção desta ou daquela obra dependerá das idéias que o autor pretende defender no seu trabalho. Ao orientador caberá observar a ausência de uma obra específica

ou de autor cuja omissão seria prejudicial ao grau de profundidade adotado na monografia, dissertação ou tese. O diálogo com o orientador se estabelecerá nesse momento, a partir da conclusão dos capítulos ou das grandes partes do trabalho. Pode-se mesmo optar pela apresentação do trabalho finalizado – o que ocorre freqüentemente em se tratando de trabalho monográfico – para dar-se início à revisão final do texto.

c) O plano da obra

A elaboração do plano da obra é um dos momentos decisivos na preparação de um trabalho científico. A dificuldade que sempre se tem na elaboração do plano, seria a de que, para fazer o plano, precisamos praticamente ter a obra concluída e, por outro lado, não podemos fazer a obra sem ter antes um plano.⁶ Assim, para a preparação da pesquisa de aprofundamento, o estudante/autor já necessitará de um *plano provisório* ou roteiro. Ele já deve ter em mente as grandes linhas do seu trabalho de modo a orientar seleção da bibliografia e de suas leituras. Inicialmente, o plano provisório poderá contar apenas com o primeiro nível do plano: duas ou três partes. Este modo de organização do trabalho facilita a compreensão do tema e a exposição dos argumentos para a solução do problema.

Para a aprovação do tema-problema pelo professor orientador, o aluno já deverá contar com um *plano definitivo* ou sumário. É preciso ter muito cuidado com a designação *definitivo*, pois o plano será sempre provisório; ele poderá sofrer inúmeras modificações no decorrer da redação do trabalho científico; o plano deve ser flexível, adaptando-se ao processo de amadurecimento da pesquisa. O plano definitivo pode ser composto por três níveis de aprofundamento: partes, capítulos e seções. No decorrer da redação, os argumentos determinarão a necessidade de um quarto ou quinto nível. Deve-se ter em mente, a título de orientação geral, que um capítulo pode contar de 15 a 25 páginas; desse modo, tem-se, quando da elaboração do plano, uma idéia aproximada da extensão do trabalho. Os títulos e subtítulos do plano devem expressar o de-

⁶ Frase atribuída a Benjamin Constant : *On ne peut travailler à un ouvrage qu'après en avoir fait le plan, et un plan ne peut être bien fait qu'après que toutes les parties de l'ouvrage son achevées.* (Simone Dreyfus, op. cit., p. 107)

sencadeamento das idéias que conduzem, naturalmente, para a conclusão. Nesse sentido, eles serão temáticos, expressivos, provocando o interesse do leitor; devem-se evitar as subdivisões didáticas, muito freqüentes e apropriadas para os manuais de Direito, mas que desvalorizam um trabalho pontual e bem centrado, como devem ser a monografia, dissertação ou tese.

O apoio do professor orientador na composição do plano da obra será de fundamental importância. As correções aportadas nesse momento podem evitar um desperdício de tempo e garantir maior objetividade e criatividade no trabalho de pesquisa. A centralidade do tema, em torno de um problema, deve estar transparente na organização do plano. Um bom plano, além de facilitar o trabalho de pesquisa, valoriza, sobremaneira, as idéias do autor, realçando o essencial e assegurando o enfrentando de todos os pontos da problemática.

Conclusão

Deve-se ter em mente que a orientação de um trabalho científico é um processo ímpar de ensino-aprendizagem. A trajetória a ser percorrida pelo estudante/autor será tanto mais proveitosa, quanto for a sua seriedade no cumprimento das grandes etapas da pesquisa: a delimitação temática, a busca de documentação, a organização do plano e, finalmente, a redação. A experiência tem demonstrado que a responsabilidade assumida pelo educando nesse processo, contribui não somente para a sua formação acadêmica e profissional, mas, sobretudo, ajuda na formação da sua personalidade. Trata-se, pois, de um trabalho de equipe. A relação de confiança que se estabelece entre orientador e orientando é decisiva. Porém é preciso compreender esse delicado processo de orientação, para que ele possa produzir bons resultados. Existe, sim, uma mudança sensível no processo de ensino-aprendizagem com o qual estamos habituados em nossas salas de aula, particularmente nas Faculdades de Direito.

O professor assume, com a orientação, o verdadeiro papel do educador. Não se trata de obrigar, orientador e orientando, a uma série de encontros semanais do tipo aulas particulares, mas de uma relação educativa, entre um pesquisador experiente e um pesquisador iniciante. Isso pressupõe um trabalho conjunto, onde

se estabelece uma relação de enriquecimento mútuo; ambos aprendem com o processo educacional. Nesse sentido, respeitar a autonomia e as características pessoais de cada um é a base para a construção de um diálogo eficiente e produtivo.

O professor orientador não pode assumir o papel de pai, tutor, analista, ou mesmo de advogado de seu orientando. Por outro lado, o grau de exigência não pode torná-lo um carrasco ou um escravizador. A interação que se estabelece entre orientador e orientando deve ser dialógica, construtiva, em uma palavra, educativa; ausente de toda e qualquer forma de pressão, opressão ou, ainda, de submissão. O diálogo deve, assim, proporcionar uma experiência de crescimento intelectual e pessoal, colaborando no contínuo processo de amadurecimento do estudante pesquisador, oferecendo-lhe mais autonomia, responsabilidade e segurança para ousar e avançar na direção do novo, aprendendo o verdadeiro significado da descoberta científica.

Os cursos universitários, em particular os cursos jurídicos, têm muito a aprender com esse processo educativo de elaboração de um trabalho científico individual e orientado. As repercussões na comunidade acadêmica são marcantes, vão desde a participação dos estudantes nas feiras e eventos de iniciação científica, congressos e seminários, nacionais e internacionais, que oportunizam a apresentação de teses ou trabalhos individuais; passando pela reestruturação do espaço, pois, criam-se salas adequadas para estudo em grupo e orientação individual; a criação de laboratórios de informática, que, oferecendo acesso à Internet, facilitam a pesquisa; até chegar ao enriquecimento das bibliotecas, com aquisição de livros e periódicos especializados.

Sabemos que, para grande número de estudantes, e também de professores dos cursos jurídicos, todo esse processo é novo e, como sempre, o novo provoca uma certa perplexidade. Assim, se uma das características do pesquisador deve ser a perseverança, para poder superar as dificuldades inerentes a todo processo de criação, espera-se que as Faculdades de Direito, que iniciam de forma ampla a orientação dos trabalhos de conclusão de curso, possam perseverar nesse caminho, pois é certo que esse processo especial de ensino-aprendizagem modificará, em breve, o ambiente acadêmico e o perfil do operador do direito.

Referências bibliográficas

- AGUILLAR, Fernando Herren. *Metodologia da Ciência do Direito*. São Paulo: Max Limonad, 1996. 158 p.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. São Paulo: Mcgraw-hill, 1996. 209 p.
- COHENDET, Marie-Anne. *Droit Public. Méthodes de Travail*. Paris: Montchrestien, 1994. 200p.
- D'ONOFRIO, Salvatore. *Metodologia do Trabalho Intelectual*. São Paulo: Atlas, 1999. 120 p.
- DREYFUS, Simone. *La thèse et le Memoire de Doctorat. Étude méthodologique*. Paris: Éditions Cujas. 1983. 417p.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1985. 184p.
- FIX-ZAMUDIO, Héctor. *Metodología, docencia e investigación jurídicas*. México: Porrúa, 1995. 446p.
- HENRIQUES, Antonio & MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no Curso de Direito*. São Paulo: Atlas, 1999. 222p.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico; Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica: Projetos e Relatório, Publicações Científicas*. São Paulo: Atlas, 1992. 214p.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997. 381p.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. *Manual da monografia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1997. 207.
- OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Monografia Jurídica: Orientações Metodológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso*. Porto Alegre: Síntese, 1999. 127p.
- PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa; Abordagem Teórico-prática*. Campinas: Papirus, 1996. 94 p.
- SCHAPP, Jan. *Problemas Fundamentais da Metodologia Jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1985. 135p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 1996. 272 p.
- SOBRINHO, José Wilson Ferreira. *Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1997. 128p.
- TAFNER, Malcon Anderson, TAFNER, Jose, FISCHER, Julianne. *Metodologia do Trabalho Acadêmico*. Curitiba: Juruá, 1999. 171 p.